

## Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

### Ata

#### 26ª Reunião de 23 de maio de 2023

Ao vigésimo terceiro dia, do mês de maio, de dois mil e vinte e três, pelas onze horas, reuniu, via *online*, o Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designado CONCIIG, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 – Aprovação da ordem de trabalhos;-----
- 2 – Aprovação da ata da 25ª reunião;-----
- 3 – Ponto de situação do relatório de execução da ENICC 2022;-----
- 4 – Outros assuntos;-----

Presidiu à reunião a Senhora Alta-Comissária para as Migrações, Sónia Pereira, doravante designada por Alta-Comissária, que, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro, preside ao CONCIIG. A secretária a Alta-Comissária esteve o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI), composto por Marisa Horta, coordenadora, e pelos/as técnicos/as do gabinete, Berill Baranyai, Inês Carapinha, Francisco Azul, Luís Pinto, Teresa Vieira e Vera Fernandes. -----

Estiveram presentes na reunião os/as seguintes conselheiros/as do CONCIIG: Inês Aydin - Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig); Maria José Vicente - Rede Europeia Anti-Pobreza; Francisco Monteiro - Obra Nacional de Pastoral dos Ciganos; Maria do Rosário Carneiro - Cidadã de reconhecido mérito; Alexandra Castro - Investigadora com trabalho relevante sobre pessoas ciganas; Inês Lemos - Representante da Polícia de Segurança Pública (em substituição do conselheiro Hugo Guinote); Ana Paula Bento - Representante da Direção-Geral das Autarquias Locais; Paula Carvalheira – Representante da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Aura Duarte - Representante do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais; Lina Varela - Representante da Direção-Geral da Educação; Ana Clemente - Representante do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P; Rosa Lourenço (em substituição da conselheira Rosário Farmhouse) - Representante da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens; Adélia Costa – Representante do Instituto de Emprego e Formação Profissional; António Danado - Representante da Associação Nacional de Freguesias; Sónia Matos - Representante de associações representativas de pessoas ciganas; Noel Gouveia - Representante de associações representativas de pessoas ciganas. Esteve ainda presente Maria José Casa-Nova na qualidade de convidada relevante para as matérias em discussão.-----

A Sra. Alta-Comissária deu início à reunião pelas onze horas e quinze minutos, passados quinze minutos da hora marcada, devido à inexistência de quórum. À semelhança de reuniões anteriores, informou que a reunião seria gravada unicamente para efeitos de registo da ata.----

Iniciou a reunião referindo que a Professora Maria José Casa-Nova estaria presente na reunião como convidada tal como previsto na alínea d), do nº 9 da RCM 154/ 2018, de 29 de novembro, prorrogada pela RCM nº 36/2023, de 3 de maio (*“podem, ainda, ser convidadas a participar em reuniões do CONCIIG e dos grupos de trabalho outras pessoas ou entidades com relevância para as matérias concretas em discussão”*). Foi efetuado um agradecimento pela sua disponibilidade ao acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelo CONCIIG.-----

A Sra. Alta-Comissária informou que a Doutora Inês Aydin é agora a coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig), tornando-se assim por inerência conselheira no CONCIIG, tomando posse ao dia de hoje. Tomaram também posse, a conselheira Aura Duarte como representante do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) e a conselheira Ana Clemente, pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ). Foi referido que o Gabinete da Sra. Secretária de Estado da Igualdade e Migrações

(GEIM) irá fazer-se representar doravante por Sara Teixeira, que, no entanto, não pode estar presente na reunião de hoje, pelo que ainda não tomará posse. -----

Prosseguindo os formalismos da tomada de posse, a Sra. Alta-Comissária leu o auto relativo à tomada de posse da conselheira Inês Aydin. Após a leitura do auto foi efetuado agradecimento por parte da Sra. Alta-Comissária tendo passado a palavra a Inês Aydin para uma breve apresentação. A recente conselheira referiu que assumiu funções como coordenadora do ObCig em março de 2023, no entanto trabalha no ObCig, com a Professora Maria José Casa-Nova desde 2018, pelo que este trabalho que o ObCig tem realizado não é novidade para si, havendo naturalmente e daqui em diante uma política de continuidade no programa de trabalhos desenvolvido pela anterior coordenação. -----

Dando continuidade às tomadas de posse, a Sra. Alta-Comissária leu o auto referente à conselheira Aura Duarte. Foi efetuado o agradecimento e mais uma vez dada a palavra à nova conselheira, sendo que a mesma referiu que iria tentar representar da melhor forma possível a área da cultura. Mencionou que esta área não é novidade para si, visto também ser a representante do GEPAC na Comissão Nacional dos Direitos Humanos. -----

Por último, tomou posse a conselheira Ana Clemente, pelo que a Sra. Alta-Comissária leu o auto correspondente. Após agradecimento à nova conselheira foi passada a palavra à mesma para que se pudesse dirigir aos restantes membros do CONCIG, caso assim o entendesse. A conselheira efetuou agradecimento e referiu que integrou recentemente o IPDJ, no entanto, espera desempenhar o melhor possível as suas funções. -----

Prosseguindo com a reunião, a Sra. Alta-Comissária referiu a ordem de trabalhos, cujo teor foi aprovado por todos/as os/as conselheiro/as. Deu-se seguimento à mesma, tendo-se passado para o ponto 2 - Aprovação da ata da 25ª reunião do CONCIG. Informou que foram recebidas propostas de alteração à mesma por parte de vários/as conselheiros/as, a saber: por parte da representante do IEF, que solicitou que se altere onde se lê: *“De seguida tomou a palavra Elsa Mano, representante do IEF, para dar conta de que as medidas relativas aos objetivos 4 e 6 estão globalmente cumpridas”*, passe a constar: *“De seguida tomou a palavra Elsa Mano, representante do IEF, para dar conta de que as medidas relativas aos objetivos 4 e 6 estão globalmente cumpridas, embora o indicador da Medida 4.1.2., ao considerar apenas a contratação de mulheres ciganas no âmbito das medidas de apoio à criação de emprego, não reflita a totalidade do esforço realizado e dos resultados efetivamente obtidos no que respeita à integração de mulheres ciganas no mercado de emprego”*. A conselheira Maria José Casa-Nova, sugeriu substituir na ata a palavra “disse” por “referiu”; acrescentar, após a intervenção da Conselheira Isabel Rodrigues (pág.2): *“A Conselheira Maria José Casa-Nova solicitou informação quanto aos municípios que não estavam a integrar as pessoas ciganas na Estratégia Local de Habitação. A representante do IHRU referiu que desconhecia, tendo a Conselheira Maria José Casa-Nova insistido para que esta informação fosse recolhida e transmitida ao CONCIG. A Sra. Alta-comissária solicitou à representante do IHRU que esta informação lhe fosse remetida logo que possível.”*; e, substituir: *“a conselheira Maria José Casa-Nova deu nota de que o ObCig fez uma candidatura a financiamento da UE para integrar um projeto Internacional em que o grande objetivo é relembrar o Holocausto Cigano”*, por: *“a conselheira Maria José Casa-Nova deu nota de que o ObCig fez uma candidatura a financiamento da UE para desenvolver um projeto Internacional em que o grande objetivo é dar visibilidade ao Holocausto cigano, bem como propor conteúdos para integrar nos Programas de História, elaborados pelos jovens ciganos que fazem parte do Projeto, sob supervisão da equipa de investigadoras do Projeto”*. Por último, a representante da DGE, solicitou a alteração onde se lê: *“a colaboração com a DGESTE na produção de um relatório sobre escolarização das comunidades ciganas. A medida que não foi concretizada, por motivos de agenda, foi a conferência anual de educação”*, por: *“a colaboração com a DGEEC na preparação do questionário sobre a escolarização das comunidades ciganas. No que respeita à conferência anual do Ciclo de Conferências Comunidades Ciganas, aguarda-se o agendamento*

por parte das tutelas envolvidas”. A conselheira Maria do Rosário Carneiro solicitou que se mencionasse em ata que esteve ausente na última reunião por motivos de saúde.-----

A conselheira Ana Paula Bento sugeriu que a ata passasse a ser paginada, pois torna-se mais fácil identificar no decorrer do texto as partes. A Sra. Alta-Comissária questionou os/as conselheiros/as se haveria alguma objeção, não se tendo manifestado nenhuma. Referiu que pela sua parte não haveria inconveniente, pelo que se irá assumir a partir de agora a paginação das atas. Dando-se por finalizado os pedidos de alteração à ata da 25ª reunião do CONCIIG, bem como as intervenções dos conselheiros, a ata deu-se por aprovada. -----

A Sra. Alta-Comissária prosseguiu para o ponto 3 – Ponto de situação da execução da ENICC 2022, com vista à elaboração do relatório de execução para 2022. Informou que foram recebidos diversos contributos para este relatório, nomeadamente: da área da Cultura; da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), remetendo para os contributos do 1º semestre; Direção-Geral da Educação (DGE); do IEFP; da DGRSP que não tem metas em 2022; da CNPDCJ; da PSP que não tem informação desagregada sobre as comunidades ciganas; do IPDJ, também sem informação desagregada; da ANQEP, entidade com metas a cumprir em 2022, no entanto sem reporte de execução no âmbito da ENICC, assim como o IHRU e a área da Saúde.-----

Relativamente à taxa de execução da ENICC, a Sra. Alta-Comissária informou que face aos contributos recebidos, foi possível apurar o valor de 62%, o que implica que relativamente às metas previstas na ENICC para 2022: 51,74% foram cumpridas; 31,36% não foram cumpridas; 9,3% parcialmente cumpridas; e 7,51% não continham informação desagregada, pelo que têm um *report* relativo. A Sra. Alta-Comissária não quis deixar de referir que a taxa de execução foi baixa, pelo que, deverá refletir-se sobre a mesma, no que concerne ao “desenho” e implementação das medidas, assim como a forma como se trabalham as mesmas em termos institucionais nos moldes em que estão definidas na ENICC. Foi dado enfoque à importância que esta reflexão tem, tendo em conta que se irá entrar na fase de revisão da ENICC.-----

Em seguida, a Sra. Alta-Comissária passou como habitualmente, ao ponto de situação por parte das várias entidades do CONCIIG, iniciando pela execução das medidas relativas ao Alto Comissariado para as Migrações (ACM). Foi solicitado assim à Coordenadora do NACI, que desse início à apresentação em *powerpoint*, relativa às ações desenvolvidas pelo ACM: a primeira ação apresentada foi a formação em “História e cultura cigana”, tendo sido ministradas em 2022, pelo NACI e bolsa de formadores/as, 79 ações, com um total de 7435 horas e participação de 1840 pessoas, sendo que, 1405 eram do sexo feminino e 435 do sexo masculino. Ainda que não se reporte a 2022 destaca-se a parceria com o “Estudo em casa” que permitiu a realização do *webinar* dedicado a “Singularidades Ciganas: mito ou verdade”, encontrando-se o mesmo disponível *online*. Reiterou-se neste âmbito a disponibilidade em ministrar as sessões de “História e cultura cigana”, a serviços centrais e locais, sendo este serviço disponibilizado pelo ACM em permanência, fazendo-se recorrer à equipa do NACI ou à bolsa de formadores/as que se encontra devidamente habilitada para implementar a formação. Outra das ações ACM, diz respeito ao Programa de Apoio ao Associativismo Cigano (PAAC), tendo a meta prevista na ENICC em 2022 sido cumprida. Foram aprovados 11 projetos na 5ª edição, que concluíram a sua implementação em dezembro de 2022. Iniciou-se um novo processo de candidaturas para a 6ª edição, com o orçamento de 124.000,00€ e candidaturas até 10.000,00€. Já foi concluída a 1ª fase da análise das candidaturas, tendo-se dado início a um processo de solicitação de esclarecimento face às candidaturas recebidas, tendo sido apresentadas 9 candidaturas. No que concerne ao Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (FAPE), este fundo tem como objetivo financiar projetos de combate à discriminação das comunidades ciganas e de apoio à integração. Atualmente o FAPE encontra-se na sua 5ª Edição, encontrando-se em execução 11 projetos, 6 dos quais promovidos por associações ciganas e que estarão em implementação até dia 30 de junho do presente ano, com dotação total de 173.000,00€. Em 2022, a meta relativa ao FAPE prevista na

ENICC não foi cumprida, visto estarem previstos 20 projetos, no entanto, apenas foram aprovados 11. Como uma opção estratégica, procedeu-se ao reforço de financiamento ao programa de apoio ao associativismo de modo a dotar de capacidade de intervenção das associações ciganas, no entanto, na última edição obteve-se um número muito inferior de candidaturas por parte das associações ciganas, apenas 9, o que nos leva a refletir e a reavaliar sobre esta opção estratégica. Outra das ações referidas pela Sra. Alta-Comissária foi o Programa Operacional para a Promoção da Educação (OPRE), o programa de bolsas destinado a estudantes do ensino superior. O Programa encontra-se na sua 7ª edição e tem 40 bolsas disponíveis, mas apenas foram submetidas 28 candidaturas, sendo que foram aprovadas 27 bolsas. Estes dados representam uma redução substancial face à edição anterior e que já tinha ficado aquém da meta, pois estavam disponíveis 40 bolsas e apenas atribuídas 39. Esta ação não tinha cumprido a meta, mas ficou muito próximo. A atual edição ficou muito aquém da meta com as 27 bolsas aprovadas, sendo que foram distribuídas de forma muito equilibrada entre homens e mulheres, até com um número ligeiramente superior de mulheres, mas pouco significativo. Na opinião da Sra. Alta-Comissária importa uma reflexão mais profunda sobre o que se está a passar para que tal suceda e também no âmbito da revisão da ENICC. Esta edição do OPRE terá o seu primeiro encontro no sábado, dia 27/05/2023. Será um momento de valorizar estes/as bolseiros/as que se encontram no seu percurso de ensino superior, sabendo-se que é um investimento muito grande e importante e também, será uma oportunidade de criação de rede, de partilha de experiências e um momento formativo para estes/as alunos/as no âmbito do programa; O Programa de bolsas – ROMA Educa é também outra das ações, sendo que se dirige aos estudantes do 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário. O Programa não tinha meta na ENICC em 2022, no entanto tem vindo a ser implementado de forma regular e constante com relativo sucesso. Desde a última reunião do CONCIG, foi lançada a 4ª edição, com 429 candidaturas, superando largamente o número de bolsas disponíveis. Foram atribuídas bolsas a 64 raparigas e 56 rapazes, com a preocupação de garantir uma percentagem alta da participação das raparigas, tendo sido devidamente inscrito em regulamento que se previa a atribuição de 60% de bolsas a raparigas e 40% a rapazes, para que se verifique um incentivo adicional relativamente às bolsas atribuídas às raparigas e à sua permanência nestas fases mais avançadas do ensino obrigatório. No que concerne a estas bolsas, tem-se vindo a fazer um investimento junto das autarquias para que o financiamento que o ACM dispõe possa ser complementado com outras fontes de financiamento. Neste sentido, o ACM tem vindo a fazer um trabalho de coordenação, articulação e proximidade, na expectativa que venham a emergir resultados muito em breve, no sentido de se apoiar claramente as/os estudantes que se encontram ainda na fase final do ensino básico ou no ensino secundário, sendo determinante para o seu percurso formativo. Outra das ações apresentadas foi o Projeto dos Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC), que tem vindo a ser promovido pelo ACM com financiamento europeu e em articulação com os municípios. A 2ª edição deu-se por concluída no dia 30 de abril de 2023, tendo sido realizado um seminário internacional, no dia 11 de abril de 2023, na Fundação Calouste Gulbenkian, para assinalar o término do projeto. Estiveram presentes 88 pessoas, 30 representantes de 15 municípios, 19 representantes de Associações Representativas de Pessoas Ciganas, 10 representantes do CONCIG, entre outros/as participantes. O seminário contou também com a presença de intervenientes internacionais, nomeadamente de Espanha, tendo as/os convidadas/os partilhado as suas experiências. A realização deste seminário foi importante, pois permitiu concluir este processo de trabalho conjunto com os municípios e com as associações. Na sequência do exposto, foi referido pela Sra. Alta-Comissária que o ACM continua disponível para trabalhar com os municípios no desenvolvimento dos seus planos e estratégias ajustados ao seu contexto local e na sequência do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e promovido. A Sra. Alta-Comissária deu assim por apresentadas as medidas executadas pelo ACM no âmbito da ENICC. Subsequentemente referiu que no decorrer da próxima semana, tem-se como objetivo enviar a proposta de relatório para que possam enviar

contributos a *posteriori* e desta forma, no início do verão ou setembro, proceder à aprovação do relatório, atendendo ao período de férias em que se irá entrar. -----

Em seguida, passou-se a palavra às entidades que contribuem para a execução da ENICC para que pudessem dar o seu contributo. A Sra. Alta-Comissária referiu que habitualmente vai fazendo a chamada por instituições para que se pronunciem, no entanto, hoje, preferia que cada um manifestasse a sua vontade de intervir e passar-se-ia a palavra por ordem de pedido de intervenção. A primeira conselheira a pronunciar-se sobre o ponto de execução da ENICC foi Adélia Costa, representante do IEFP, tendo informado que iria efetuar uma análise global, sendo que a mesma, relativamente à execução das metas que o IEFP tinha para 2022, é boa. A conselheira referiu que já se encontram a refletir sobre os indicadores para a próxima ENICC, pois é necessário repensar os indicadores e a ambição das metas, pois seria importante ir-se um pouco mais além. A conselheira referiu ainda que, o indicador que têm e que continua a apresentar-se como o *"calcanhar de Aquiles"* é o que se refere à *"colocação de mulheres ciganas através das medidas ativas de emprego"*. No entanto, caso se analise o mesmo através das colocações concretas, ou seja, sem apoio financeiro, esse indicador é muito mais satisfatório, pelo que deverá ser revisto. De um modo geral, e focando as metas existentes, como por exemplo, *"pessoas ciganas inscritas no centro de emprego"*, a meta foi superada, o que para o IEFP é tido como algo positivo pois significa que há uma maior adesão e procura dos serviços. Sendo esse o objetivo, significa que a comunidade cigana recorre ao IEFP e vê neste serviço uma mais-valia de apoio, quer para a integração no mercado de emprego, quer para a formação, sendo que esta última resposta é onde se obtém melhores resultados. No ano de 2022, frequentaram atividades de formação mais de 1000 pessoas ciganas. Esta informação é importante pois é um contributo para reforçar a qualificação, sendo que, a qualificação é indispensável para todos/as, para se poder obter um emprego, sobretudo um emprego de melhor qualidade. Uma outra dimensão realçada pela conselheira, foi o indicador da formação interna, ou seja, formar os/as próprios/as profissionais do IEFP dentro desta área, para que possam ser agentes multiplicadores. Este indicador foi concretizado através da dinamização de 2 ações de formação, embora não existam metas fixadas, apenas existem dentro do próprio IEFP, pelo que se irá continuar a trabalhar esta área, fazendo assim cada vez melhor. A conselheira informou que se pondera efetuar um encontro interno, visto verificar-se que alguns serviços de emprego funcionam melhor que outros, apresentando assim melhores resultados, pelo que pretende-se que haja uma partilha de boas práticas. Desse modo será possível perceber o que se está a fazer, e como é que se conseguem obter resultados qualitativos mais interessantes, para que de um modo geral, e ao nível de todo o território se consiga chegar a mais pessoas e conseguir aquilo que se pretende que é qualificá-las e conseguir a colocação no mercado de emprego. Referiu ainda a conselheira, que o IEFP se sente satisfeito com o trabalho desenvolvido, no entanto, pretendem sempre querer fazer mais. Deixou como última nota, que os dados apresentados pecam por defeito, visto nunca se conseguir obter a totalidade da informação sobre a população cigana que se atende devido ao RGPD (Regime Geral de Proteção de Dados). -----

Na sequência das considerações apresentadas, a Sra. Alta-Comissária referiu que é um debate em curso a questão do RGPD. Agradeceu a intervenção proferida e a partilha da intervenção do IEFP no âmbito da ENICC. De seguida tomou a palavra a representante da CNPDPCJ Rosa Lourenço, tendo referido que têm 2 indicadores no âmbito das ações de formação de *"História e Cultura Cigana"* às CPCJ, sendo que em 2022 foi possível concretizar 5 ações de formação, no entanto, relativamente à percentagem de CPCJ abrangidas, não foi possível atingir os 100%. Referiu que no entender na CNPDPCJ parece ser uma meta muito ambiciosa e deverá rever-se a mesma para a futura ENICC. Até ao momento conseguiu-se abranger cerca de 80%. Referiu que no presente ano houve 2 ações. As ações de formação têm sido divulgadas nos encontros nacionais e regionais, assim como junto das Equipas Técnicas (ETR). Tem havido várias ações,

divulgação e contactos sistemáticos, inclusivamente de forma individualizada com as CPCJ, tendo sido emitidas recomendações tendo em conta a pertinência das ações para se trabalhar com as comunidades ciganas, no entanto, considera a CNPDPCJ que deverá ser revista esta meta para a próxima ENICC, tal como referido. Foi aludido pela representante que a manterem-se as ações que têm vindo a ser desenvolvidas, deveriam voltar a dinamizar-se novamente junto das CPCJ que já assistiram, pois o *feedback* foi positivo, tendo as mesmas manifestado que as formações vão ao encontro das expectativas, pois existe grande desconhecimento; verifica-se uma grande mobilidade territorial; e interesse em geral. Algumas CPCJ não frequentaram a formação, por determinados condicionalismos, nomeadamente, o facto de não estarem disponíveis no momento, não terem comunidades ciganas na sua área de intervenção ou porque priorizaram outras ações/formações. Na sequência do exposto pela representante, a Sra. Alta-Comissária reforçou que esta meta era de facto bastante ambiciosa não existe forma de obrigar as CPCJ a frequentarem estas formações, o que cria algumas dificuldades, mas reconhece-se o esforço, pelo que se deve dar continuidade ao trabalho desenvolvido até à data.-----

A terceira conselheira a falar sobre o ponto de execução da ENICC, foi Lina Varela, representante da Direção-Geral da Educação, para dar conta que a DGE se encontra a efetuar uma reflexão interna sobre a integração das comunidades ciganas em articulação com o Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE). Referiu que existem muitas estratégias, formação e recursos extras, que são importantes, nomeadamente nas escolas inseridas em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), mas muitas vezes não parecem produzir a mudança desejada, pelo que, importa perceber quais são as estratégias que realmente resultam. Para isso, iniciou-se um levantamento de boas práticas de projetos que resultaram em diversas escolas. Sabe-se à partida que os contextos são distintos, mas o que se pretende analisar é, o que faz com que um projeto resulte num determinado contexto, tendo por base a verificação de mudanças, nomeadamente ao nível da diminuição do abandono escolar e aumento do sucesso escolar. Referiu ainda que existem muitos estudos, teorias, mas as mudanças têm sido demoradas, pelo que se optou por perceber as boas práticas existentes no terreno. Na sequência da intervenção, a Sra. Alta-Comissária deixou como sugestão, no âmbito das bolsas ROMA Educa, a possibilidade de uma análise mais específica de forma conjunta com a área da Educação, visto as crianças/jovens serem acompanhados pelo ACM, pelas Associações parceiras e pelas escolas que frequentam. Assim, faria sentido que uma entidade como a DGE, que tem uma capacidade de monitorização a um outro nível, em parceria com o ACM, pudessem em conjunto ter uma visão diferente sobre a inserção escolar das e dos alunos que se encontram a ser apoiados. Focou ainda que é necessário dar um enfoque às bolsas ROMA Educa, tendo em conta que continuam a ser muito procuradas, a fim de evitar que ocorra o inverso, como tem vindo a acontecer com as bolsas OPRE. A conselheira Lina Varela informou que iria transmitir esta informação à restante equipa.-----

Solicitou a palavra a professora Maria José Casa-Nova, de forma a tecer algumas considerações tendo por base o exposto anteriormente pela conselheira Lina Varela. Iniciou a sua intervenção referindo que estava de acordo com o exposto anteriormente. Relembrou o Projeto RISE que teve um enorme sucesso onde foi implementado, mas que no entanto, viu o seu trabalho sem continuidade porque o projeto terminou em 2020 e entrou-se imediatamente em pandemia. A professora Casa-Nova referiu que está a tentar retomar o projeto, mas está a ser um processo demorado, pois tem de se voltar a desconstruir mentalmente toda uma maneira de atuar do pessoal docente nas escolas. Referiu que quando se faz um projeto desta natureza, que mexe com o tipo de práticas pedagógicas que saem da rotina, é necessário um trabalho de desconstrução mental de práticas pedagógicas que os/as docentes têm habitualmente, para que se volte a reconstruir novas práticas que fujam da rotina e que são difíceis de acomodar. Foi referido ainda que, houve um grande tempo de

paragem e o retomar está a ser difícil. Referiu ainda que teve conhecimento de escolas com outros projetos, não com a mesma dimensão, mas que estavam a ter algum sucesso e que as práticas já retornaram ao que eram, exatamente porque houve um interregno muito grande devido ao tempo pandémico. Foi ainda referido pela conselheira que em termos de assiduidade e de frequência escolar das crianças ciganas, pelo conhecimento de terreno que tem, deve ter-se assistido a um retrocesso face aos dados recolhidos em 2018/2019, pelo que gostaria de ter informação a este nível por parte da DGE e refletir sobre estratégias de aumento da assiduidade e do sucesso escolares.. Fez menção aos resultados do Agrupamento de Escolas sobre o qual continua a efetuar acompanhamento, visto o mesmo apresentar dados relativamente elevados face à assiduidade e sucesso escolar, no entanto, refere que caso o trabalho desenvolvido não seja feito de forma contínua, é como se fosse um trabalho de Sísifo. Assim, é fulcral a recolha de dados a nível nacional para que se arranje uma continuidade de práticas que permitam aumentar o sucesso escolar das crianças e jovens ciganos. A convidada frisou que se existem mais de 400 candidaturas às bolsas do ROMA Educa é porque continua a existir interesse nos pais e mães em que os seus filhos e filhas prossigam estudos, no entanto, se veem esse interesse frustrado, nomeadamente por falta de apoio económico, a probabilidade de desistirem é grande, pelo que é de extrema importância apoiar-se esses/as jovens, tendo sugerido encontrar-se um financiamento externo para as bolsas. Deu como exemplo o ocorrido há alguns anos, aquando de mais de 400 candidaturas, onde conseguiu financiamento através de um empresário do distrito de Braga. Referiu, no entanto, que não se pode esperar por estes apoios avulsos e inconsistentes, sendo que o próprio Programa deveria cobrir o número de candidaturas, seja através dos municípios, ou do aumento da dotação orçamental. Referiu por isso que estes jovens podem desistir do seu percurso escolar por não se sentirem apoiados numa dimensão que para esta comunidade é bastante importante como é a dimensão económica face às precárias condições materiais de vida.-----

De seguida tomou palavra a conselheira Inês Aydin, enquanto coordenadora do ObCig, tendo iniciado a sua intervenção indicando que foi aberto o período de candidaturas até 15 de julho para a publicação na coleção “Olhares” e também para a mais recente coleção “*Projetos e práticas de inovação social*”, sendo que estas candidaturas servem para publicação de estudos e melhoria de conhecimento das populações portuguesas ciganas. Ainda no âmbito desta contribuição para um melhor conhecimento, informou que a *Newsletter* ObCig com periodicidade trimestral teve mais uma publicação em abril de 2023 “*A Saúde e a População Portuguesa Cigana*”, tendo tido o seu enfoque na saúde e a população portuguesa cigana. A conselheira convidou todas as pessoas presentes à leitura da mesma, uma vez que considera ser um tema importante e que ainda não tinha sido abordado no ObCig. Informou que se realizaram sessões “*Conversa com...*” sendo que as mesmas ocorreram em formato *online* (desde o início da pandemia), sendo esta atividade de realce no âmbito do ObCig, uma vez que tem tido bastante adesão, uma média de 130 pessoas por sessão. A última sessão realizou-se no dia 30 de março, com a temática “*Associativismo Cigano Feminino: percursos, expectativas, projetos*”. A próxima sessão irá realizar-se no dia 1 de junho, com o tema “*A Promoção da Saúde junto das Comunidades Ciganas*”. A conselheira referiu ter ainda mais algumas atividades a assinalar, no entanto, deixaria para uma segunda intervenção se assim fizesse sentido no decorrer da presente ordem de trabalhos.-----

De seguida tomou palavra a conselheira Sónia Matos, representante de associações representativas de pessoas ciganas, iniciou verbalizando que gostaria de focar alguns pontos e responder à conselheira Lina Varela, na sequência do apontamento que fez sobre o levantamento de boas práticas nas escolas junto das comunidades ciganas. A conselheira informou sobre um Projeto que se encontra a desenvolver em parceria com o município do Seixal, sendo que o mesmo se designa “*A Dialogar Criamos Pontes*”. O Projeto consiste na integração de uma facilitadora em 2 escolas, nomeadamente uma escola Secundária e uma de

1.º Ciclo. Informou que a facilitadora foi formada pela associação AMUCIP através de um *kit* pedagógico criado e elaborado pela associação, tendo o mesmo sido validado pelo Ministério da Educação. O *kit* pedagógico denomina-se “*Romano Atmo*” e encontra-se disponível em vários *sites*. Este projeto foi aplicado no presente ano letivo em 5 escolas (2 em Lisboa, 3 na Margem Sul). A AMUCIP já possui os resultados da implementação do projeto onde esteve presente o Dr. Hélder Pais, do Ministério da Educação, que teve a oportunidade de contactar e ouvir os docentes acerca do resultado da aplicação do *kit* em sala de aula. O *kit* não é para trabalhar exclusivamente com crianças ciganas, mas sim com todas as crianças em sala de aula. A AMUCIP defende que o verdadeiro problema face ao absentismo escolar está relacionado com o desconhecimento que existe dos e das docentes relativamente às comunidades ciganas e à sua cultura. Referiu a conselheira que com este trabalho é possível evidenciar que há uma aproximação tanto das famílias às escolas, assim como das crianças à escola, pois acabam por se aproximar e perder os receios que existem quando sentem algo como desconhecido. O projeto com a facilitadora decorreu nos últimos 8 meses, tendo sido apresentados esta semana na escola os resultados do trabalho desenvolvido, sendo que o mesmo irá culminar com a apresentação dos resultados do projeto “*A Dialogar Criamos Pontes*”, no decorrer de um seminário no próximo dia 23 de junho, tendo a conselheira convidado todas as pessoas presentes a participarem no mesmo. A conselheira Sónia referiu que lamenta, assim como as escolas, o facto de o projeto ter um financiamento limitado a 8 meses, pelo que irá ter o seu término no final de junho/2023. Reforçou ainda que se verificou sucesso após a implementação do projeto através da aproximação das famílias, pois encontrando-se uma viúva cigana a trabalhar numa escola secundária permitiu que as meninas ciganas fizessem um percurso escolar contínuo e superior àquele que tem existido até ao momento. Acrescentou que a diretora da escola já referiu como se irá proceder no início do próximo ano letivo, tendo em conta que se irá “perder” algum do trabalho desenvolvido até agora. Assim, é importante repensar as medidas, sendo que uma das medidas a ser reconsiderada pelo Ministério da Educação seria a integração de facilitadores/as e/ou mediadores/as no espaço escolar, pois na opinião da conselheira, está mais que provado, que são essenciais para o sucesso escolar dos/das alunos/as ciganos/as. A conselheira abordou ainda a temática FAPE, para salientar que, na sua opinião, o número de candidaturas ao mesmo se deve ao facto de no presente ano o programa apenas funcionar com metade do orçamento, e também, porque a segunda tranche do valor orçamentado era transferida apenas no final do programa, o que não permitiu que as associações se pudessem candidatar, pois não tinham verbas próprias para poderem implementar os projetos. No que concerne ao OPRE, referiu que as candidaturas às bolsas abrem muito tarde na sua opinião, quase no final do ano letivo, pelo que quando os alunos e alunas se candidatam, o ano escolar já passou e não obtiveram o apoio que necessitavam, sendo estes os motivos relativos à diminuição de candidaturas às bolsas. Relativamente às bolsas do Roma Educa, a conselheira referiu que através do trabalho desenvolvido pela AMUCIP junto das escolas, nomeadamente divulgando informação referente ao programa junto do pessoal docente, levou a que ajudassem as/os alunas/os e as suas respetivas famílias no preenchimento da documentação necessária inerente às candidaturas. Uma das escolas abrangidas pelo projeto da AMUCIP conseguiu apenas 1 bolsa, atribuída a uma rapariga que frequenta o 9.º ano, candidataram-se, no entanto 15 alunos/as. Sugeriu a conselheira que visto não existirem tantas candidaturas para o OPRE poder canalizar-se a essa verba para o ROMA Educa. Na sequência do exposto, a Sra. Alta-Comissária reforçou esclarecimentos quanto aos financiamentos, nomeadamente que o PAAC recebeu poucas candidaturas (9) no presente ano, ao invés do FAPE como referido pela conselheira Sónia Matos. Referiu ainda a Sra. Alta-Comissária que o pagamento foi reforçado em termos iniciais, 80% na 1ª tranche e 20% na 2ª tranche. No que se refere ao FAPE2022-23 foi disponibilizado o pagamento de uma tranche intermédia de modo a fazer face às necessidades de financiamento que as associações começaram a identificar. Foi indicado que tem havido sensibilidade quer em sede de candidaturas, assim como no decorrer dos projetos, pelo que a



Sra. Alta-Comissária não encontra justificação para a diminuição das candidaturas aos financiamentos PAAC no presente ano. Relativamente às bolsas ROMA Educa, por 2 anos consecutivos houve mais de 400 candidaturas, o que revela que é um trabalho que já foi feito, que existe interesse e que as pessoas se candidatam sendo por isso importante investir na capacidade de resposta. Foi referido que as candidaturas ao PAAC ainda se encontram em fase de análise e por isso ainda não foram publicados os resultados. Quando for efetivamente concluída a avaliação e aprovada a lista final, saber-se-á qual a dotação que fica disponível, pelo que internamente, já se encontra em análise a possibilidade de canalização da verba para as bolsas ROMA Educa. A Sra. Alta-Comissária reforçou o enfoque na educação, no visibilizar e valorizar as experiências das crianças e jovens que têm vindo a ser apoiadas com o programa de bolsas ROMA Educa, pelo que na sequência do exposto, apresentou como sugestão que se assinalasse o dia 24 de junho com um enfoque importante na comunicação. Relativamente às bolsas OPRE, referiu que se tem procurado que as mesmas possam ser atribuídas antes o que não tem sido fácil. Continua a ter-se processos de candidatura muito tardios face ao que é o ano letivo, pelo que não se ignora esse constrangimento, ainda assim, neste último processo está-se muito aquém daquilo que é a dotação e o número de bolsas que estão atribuídas. A Sra. Alta-Comissária convidou a coordenadora do NACI a intervir neste ponto, esclarecimentos quanto às bolsas, tendo a Coordenadora referido que a conselheira Sónia Matos confundiu o PAAC e o FAPE. Clarificou novamente que no ano passado o ACM, decidiu canalizar mais financiamento para o PAAC em detrimento do FAPE. Dos 260.000,00€ que se encontravam disponíveis no FAPE, passou-se para uma edição com 173.000,00€. O pagamento era efetuado em duas tranches, e devido aos constrangimentos manifestados pelas associações, foi introduzida uma tranche intermédia, no entanto, por motivos orçamentais, apenas foi paga em 2023 às associações que o solicitaram. No que concerne ao PAAC, em termos de financiamento passou-se de 50.000,00€ para 124.000,00€. Relativamente ao pagamento passou-se de 75% na 1ª tranche e 25% na 2ª tranche, para 80% -20%, respetivamente. A Coordenadora do NACI é da opinião que não será esse o motivo que impediu as associações nesta última edição do PAAC de se candidatarem. Eventualmente considera que as associações poderão ter outros financiamentos ou terão outras prioridades, pelo que o motivo não será pela proporção da percentagem de pagamento das tranches.-----

A conselheira Sónia Matos solicitou novamente a palavra, tendo referido que se equivocou e que o ACM tentou colmatar as dificuldades que as associações manifestaram, no entanto, quando a situação foi pensada já o projeto se encontrava quase finalizado, pelo que as associações acharam que não era viável fazer esse pedido. Na sequência da intervenção da conselheira Adélia Costa (IEFP), a conselheira Sónia Matos pretendeu complementar a sua intervenção, referindo que a associação AMUCIP se encontra a desenvolver um trabalho muito próximo com o IEFP da Cruz de Pau. Informou os presentes que ocorreram diversas reuniões conjuntas de modo a refletir-se na implementação de ações de formação pensadas e elaboradas para a comunidade cigana. Uma das prioridades identificadas foi as ações decorrerem na sede da AMUCIP e permitir que fosse a associação a definir o/a formador/a (por questões de sensibilidade e de trabalho efetuado junto desta comunidade), sendo que estes são contratados e pagos pelo IEFP. A primeira ação terá a duração de 75 horas, iniciando no próximo dia 29 de maio, encontrando-se já inscritas 18 mulheres ciganas. A conselheira referiu a título de exemplo, o facto da AMUCIP existir devido ao potencial que um formador identificou para a sua fundação. Foi referido ainda pela conselheira que em caso de sucesso da ação, gostariam que a mesma fosse disseminada pelos vários centros/IEFP. A conselheira Adélia Costa foi convidada a pronunciar-se sobre a intervenção anterior, tendo manifestado interesse em replicar a ação em caso de sucesso da mesma e agradecendo desde já a parceria.-----

A conselheira Aura Duarte pronunciou-se mais uma vez, referindo que relativamente à área da cultura, a qual representa, o reporte encontra-se muito aquém do trabalho realizado. Primeiramente, porque também não recebem reportes de todos os serviços que efetivamente intervêm junto da comunidade cigana, e por outro lado, pela dificuldade em desagregar os dados. Nas ações existe intervenção com a comunidade cigana, sejam crianças ou pessoas adultas, mas são intervenções mais globais algumas delas não são tão específicas, contudo do ponto de vista da sensibilização e da integração da comunidade têm um papel importante. A conselheira apresentou como exemplo, algumas ações objetivas, sendo elas alguns museus que se encontram situados em zonas onde existe uma grande comunidade cigana, e desenvolvem algum trabalho junto da mesma, mas quando é solicitado o reporte não existe *feedback*. Referiu ainda a elaboração do relatório anual que faz para os direitos humanos, onde descreve muitas atividades onde a comunidade cigana participa. A conselheira focou o facto de na definição dos próximos indicadores da ENICC repensar-se os mesmos, sobretudo quando existem atividades conjuntas que tenham como objetivo inicial não a integração desta comunidade específica, mas que contribuam para a intervenção com a comunidade. Indicou que existe muito trabalho que não é reportado pois está integrado numa globalidade que não está incluída em objetivos específicos dirigidos às crianças ciganas ou à comunidade cigana. É importante em termos da próxima ENICC no que se refere às medidas de combate ao estigma e de promoção da integração, pensar-se como é que se operacionalizam e medem em termos de indicadores, na área da cultura, e como se pode clarificá-los de modo a retratarem de forma mais autêntica a realidade.-----

Tomou a palavra a Sra. Alta-Comissária, referindo que, tendo em conta que nos encontramos numa fase de balanço e de preparação da nova ENICC, é muito importante ir-se incorporando estas reflexões sobre as metas/indicadores. Agradeceu a participação dos conselheiros/as presentes, que se têm de ausentar antes do término da reunião. Informou que tem sido importante a disponibilidade das forças de segurança para a realização das ações de formação de *“História e Cultura Cigana”* existindo uma avaliação positiva das mesmas. A Sra. Alta-Comissária questionou a equipa NACI se pretendia acrescentar alguma informação aos reportes realizados. A sua coordenadora informou ainda que, no decorrer do ano de 2022 o ACM não conseguiu cumprir algumas metas que estavam previstas, nomeadamente a formação de formadores/as a pessoas ciganas; uma outra meta não cumprida foi a de contemplar 100% das CPCJ tal como já referido pela representante da CNPDPCJ Rosa Lourenço, pois mesmo com as ações já desenvolvidas em 2023 não se prevê o cumprimento da meta; também não cumprida a meta da RESMI, e não obstante não haver nenhuma meta específica para o presente ano, ainda se irá tentar estabelecer essas metas; a meta relacionada com a formação à Associação Nacional de Proprietários e Associação Lisbonense de Proprietários não foi realizada talvez por uma questão de *timing* atendendo a todas as notícias que têm saído sobre Habitação. A Sra. Alta-Comissária questionou se o NACI se gostaria de pronunciar sobre os contributos de outras entidades que seriam relevantes assinalar e que não pediram para intervir. A coordenadora do NACI informou que a PSP enviou os dados relativos à Escola Segura, no entanto aquando do envio dos mesmos, não o fez de forma desagregada, pelo que não se pode considerar as metas cumpridas, apesar do número ser muito superior do que está previsto na ENICC. Referiu ainda a coordenadora, que não estando presentes as conselheiras representantes do IHRU, da AINQEP e da Saúde, não gostaria de se pronunciar sobre as metas de cada área, acrescentando no entanto, que estas 3 áreas têm várias medidas que impactam na execução da ENICC e não se verificou reporte das mesmas. É assim fulcral que este ano e na próxima Estratégia exista um maior investimento nas medidas, sendo que, a maior parte das medidas presentes na ENICC, como todos já perceberam, está sob a alçada do ACM ou pelo menos como entidade responsável, mas existem muitas outras que não estando sob a alçada do ACM, espera-se que as entidades ou as concretizem ou as reportem, ao

contrário do que tem sucedido com algumas, nomeadamente as que foram referidas anteriormente.-----

Após todas as intervenções, a Sra. Alta-Comissária passou ao ponto dos outros assuntos, mencionando que a presente reunião do CONCIG já se encontra enquadrada na prorrogação da ENICC até dezembro do presente ano. Existem na ENICC 14 indicadores que tinham metas entre 2018 e 2022. Foi solicitada a apresentação em *PowerPoint* das metas/indicadores da ENICC que se mantém em implementação e cujo processo ainda compromete todos na execução da ENICC. Relativamente à avaliação e revisão da ENICC, informou a Sra. Alta-Comissária que, ultrapassados os constrangimentos decorrentes das alterações ocorridas no ano transato, já foram dados todos os passos da autorização devidamente concluídos, pelo que, ainda no decorrer do presente dia o processo ficará concluído, o que permitirá que amanhã sejam enviados os convites às entidades/centros de investigação que se encontram identificados, para que sejam apresentadas propostas para a implementação da avaliação externa, esperando-se assim, dar por concluído este processo o mais rapidamente possível. Considera-se ser um processo deveras decisivo no âmbito da elaboração da nova ENICC. Relativamente a outro processo de transformação, nomeadamente a fusão do ACM na nova Agência, a informação de que dispõe é a que se encontra a ser veiculada pela comunicação social, ou seja, o diploma encontra-se com o Exmo. Sr. Presidente da República, contemplando o mesmo uma nova designação para a Agência, sendo a mesma “Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA)”, não sendo por isso a mesma designação que resultou da reunião de Conselho de Ministros no início de abril. Inclui-se na área da “Integração” as questões relativas às comunidades ciganas. Referiu a Sra. Alta-Comissária que entende que poderão algumas entidades querer mais alguma informação, no entanto, não dispõe de mais informação para partilhar, reforçando que é um processo que se encontra em curso e pendente da tomada de posição do Exmo. Sr. Presidente da República, sendo que, apenas quando estiver disponível se poderá perspetivar o impacto face à intervenção que é realizada na área das comunidades ciganas. Ainda dentro do último ponto da ordem de trabalhos, a Sra. Alta-Comissária deu nota que o Programa ROMED 2023, em parceria com a Associação Letras Nómadas, deu início à sua implementação em 9 municípios/freguesias, nomeadamente: Barcelos, Viseu, Torres Vedras, Almada, Estremoz, Beja, Faro, Junta de Freguesia de Eiras (Coimbra) e Junta de Freguesia da Ajuda (Lisboa). Foi referido ainda que, no âmbito da atividade desenvolvida junto das associações, na esfera de atuação do ACM e por solicitação destas face às suas necessidades identificadas, irá ser promovida uma formação dirigida às mesmas, realizando-se nos dias 25 e 26 de maio, tendo como finalidade a procura de oportunidades de financiamento e elaboração de candidaturas bem-sucedidas. A formação será ministrada pela TESE - Associação para o Desenvolvimento, no âmbito do projeto GEOfundos, surgindo na sequência de um conjunto de formações que têm vindo a ser implementadas em parceria com esta entidade, junto das associações da área de intervenção do ACM, relativamente a fontes de financiamento e preparação de candidaturas. Informou-se que o NACI recrutou um novo elemento, a Vera Fernandes, sendo que talvez alguns dos conselheiros e conselheiras já a possam conhecer, encontrando-se a exercer funções em Beja junto do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), sendo que é uma estrutura do ACM em Beja. Neste sentido, existirá um trabalho de maior proximidade junto das comunidades ciganas, algo que se pretendia implementar há algum tempo, contudo os processos são longos e demoram mais do que se prevê. A Sra. Alta-Comissária convidou os/as conselheiros/as a manifestarem-se caso assim o entendessem, pelo que a conselheira Maria do Rosário Carneiro solicitou a palavra, iniciando a sua intervenção com um pedido de desculpas aos presentes pelo seu atraso, tendo no entanto informando a coordenadora do NACI. Prosseguiu com um agradecimento face às informações partilhadas durante a reunião. A conselheira referiu que gostaria que ficasse registado em ata do CONCIG a sua incompreensão face ao Estado Português, em considerar a comunidade cigana portuguesa, sendo que são cidadãos portugueses, integrada numa abordagem em que

envolve migrações e a outras questões. Referiu não se tratar de uma forma simples de integração, uma vez que são problemas complexos, naturalmente de integração, no entanto, a integração existe para muitos grupos portugueses e não somente junto da comunidade cigana, pois esta envolve pobreza e muitas outras questões. A conselheira é da opinião que o Estado Português, mais uma vez, está a adiar uma integração institucional na abordagem das questões da comunidade portuguesa cigana. Pediu a palavra em seguida o conselheiro Francisco Monteiro, mas por motivos técnicos não conseguiu intervir, tendo enviado por email posteriormente a questão: "Tem havido progressos nas reuniões que o ACM tem promovido com o CIMAC sobre a integração dos ciganos compulsivamente nómadas no Alentejo?". -----

A Sra. Alta-Comissária deu por encerrada a 26ª reunião do CONCIG, pelas doze horas e quarenta e cinco minutos, agradecendo a participação de todos/as os/as presentes.-----